



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DA VEREADORA CRISTIANE LOPES**  
Rua Belém, 139 – Embratel - Tel.: (69) 3225-1278.  
CEP-76.820-734 - Porto Velho – RO

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE AGOSTO/2020

**PROTÓCOLO**

Divisão de Protocolos

Proj. de Lei nº 1072/2020

Proj. de Lei Comp. nº \_\_\_\_\_

Resolução \_\_\_\_\_

Decreto Legislativo \_\_\_\_\_

Emenda \_\_\_\_\_

Data 17/08/20 Horário 11:23

Dispõe sobre a criação de comissão técnica para apurar os impactos financeiros e sociais da COVID-19 no Município.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso de sua atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho:

**Faço saber** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica autorizado a criação de Comitê técnico para monitoramento, estudos e sugestões sobre os impactos financeiros e sociais da COVID-19 no âmbito do municipal.

**Art. 2º.** O Comitê técnico será composto por 16 membros, sendo representantes das entidades:

I – Secretaria Municipal da Fazenda – SEMFAZ;

II – Secretaria Municipal da Saúde - SEMUSA;

III – Secretaria Municipal de Assistência Social e Saúde – SEMASF

IV – Secretaria de agricultura, pecuária e abastecimento – SEMAGRIC;

V – Secretaria de Municipal de Educação – SEMED

VI – Poder Executivo;

VII – Poder Legislativo;

VIII – Câmara Federal;

*Cristiane Lopes*  
Vereadora PP



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DA VEREADORA CRISTIANE LOPES**

Rua Belém, 139 – Embratel - Tel.: (69) 3225-1278.  
CEP-76.820-734 - Porto Velho – RO

IX – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Rondônia - Fecomércio/RO;

X – Associação Comercial e Empresarial de Porto Velho – ACEP;

XI – Sindicato da Micro e Pequena Indústria – SIMPI;

XII – Sindicato dos agricultores;

XIII – Representante das instituições privadas de ensino fundamental e Médio;

XIV – Representante das instituições pública e privadas de ensino superior;

XV – Representante do Instituto Federal de Rondônia - IFRO;

XVI – Conselho Regional de Economia – CORECON/RO

**§único** – As entidades deverão enviar o nome e dados dos representantes das entidades até 20 dias após a promulgação desta lei, quando o Comitê será formado e definido.

**Art. 3º.** O trabalho do Comitê consistirá em;

I – realizar estudos técnicos sobre os impactos financeiros na Administração Pública Municipal e nos Municípios e nas entidades que os membros venham representar, causados pela disseminação da doença COVID-19;

II – apurar os gastos do Município em manobras para combate à COVID-19 e prosseguimento das atividades econômicas, comerciais e escolares;

III – exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e Chefe do Poder Legislativo Municipal;

§1º – O Comitê se reunirá mensalmente, por meio de videoconferência, momento em que será confeccionado ata de reunião, constando os presentes e as deliberações;

**Art. 4º** – O Comitê apresentará, mensalmente, por meio de audiência Pública, relatório técnico atualizado dos impactos apurados, podendo apresentar medidas à amenizar os danos financeiros e sociais decorrentes do estado de calamidade.

*Cristiane Lopes*  
Vereadora PP



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DA VEREADORA CRISTIANE LOPES**

Rua Belém, 139 – Embratel - Tel.: (69) 3225-1278.  
CEP-76.820-734 - Porto Velho – RO

§1º – O Comitê deverá apresentar cópia do relatório ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, 5 (cinco) dias de antecedência à Audiência Pública.

§2º – As medidas sugeridas pelo Comitê para amenizar os danos financeiros e sociais decorrentes do estado de calamidade poderão ou não ser acatadas pelo Chefe do Poder Executivo, ficando resguardado o Comitê quanto as indicações.

**Art. 5º** – Fica autorizado ao Comitê requerer as informações que necessitar, para a realização do trabalho, junto as secretarias municipais, devendo o pedido ser endereçado ao Secretário competente.

**Art. 6º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Porto Velho, 17 de Agosto de 2020.

**Cristiane Lopes**  
Vereadora – PP/RO





**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DA VEREADORA CRISTIANE LOPES**  
Rua Belém, 139 – Embratel - Tel.: (69) 3225-1278.  
CEP-76.820-734 - Porto Velho – RO

**JUSTIFICATIVA**

Em meio a tantas fraudes havidas no uso das verbas públicas, e em um momento tão calamitoso, cabe aos representantes municipais do povo (vereadores) exercerem a função que lhes foi confiada, qual seja, de fiscalizar a utilização do dinheiro público, bem como, ao Executivo, no uso da boa-fé, expor os recebimentos e

Assim, autoriza ao Executivo a criação de Comitê o qual ficará responsável pelo estudo dos impactos que a pandemia vem causando à população portovelhense, tanto no que se refere a Administração do Município quanto aos Munícipes. Propõe-se que o Comitê venha elaborar relatórios detalhados com os recebimentos das verbas destinadas ao combate da COVID-19, e gastos com compras e contratações de serviços também destinados ao combate da COVID-19, bem como, apresentar possíveis medidas que venham dirimir os impactos causados.

Esta medida de fiscalização vem a agregar as medidas que já vem sendo adotadas, bem como fornecer segurança ao Executivo sobre os procedimentos adotados, motivo pelo qual encaminhamos o presente Projeto de Lei, a qual deve ser devidamente analisada e ponderada pelos nobres.

Câmara Municipal de Porto Velho, 17 de Agosto de 2020.

**Cristiane Lopes**  
Vereadora – PP/RO